

Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo pensar os corpos transexuais, mais propriamente os corpos dos homens (trans), quando surgem no campo histórico científico e qual o lugar destes na sociedade como exercício de reflexão sobre ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Utilizando-se de uma ontologia histórica de trabalho de retirada das camadas sedimentares que formaram os discursos atuais sobre o tema, processo de arqueologia do saber proposta por Michel Foucault (2008) onde sistemas de pensamento e conhecimento são governados por normas e estruturas que constituem os saberes e sujeitos refletimos sobre os corpos transmasculinos no Processo Transexualizador brasileiro, bem como, a presença destes nos movimentos por direitos tanto na sociedade em geral, como no meio educacional. Neste contexto, indagamos sobre a visibilidade e o acesso limitado e/ou negado aos homens (trans) ao trabalho enquanto docentes, bem como quais as possibilidades de aprofundamento de pesquisa nesse tema como forma de luta.

PALAVRAS-CHAVE: transmasculinidades, educação, trabalho.

Giseli Cristina dos Passos
giselicpassos@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Brasil

Lindamir Salete Casagrande
lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Brasil

INTRODUÇÃO

Pensar os corpos transexuais, mais propriamente os corpos dos homens (trans)¹, quando surgem no campo histórico científico e qual o lugar destes na sociedade é exercício de reflexão sobre ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Há pouco levantamento aprofundado no país sobre a população trans masculina, o reconhecimento das identidades de gênero² desses sujeitos e de suas performances, à invisibilidade social e política enfrentada por eles, bem como às múltiplas formas e expressões de violência que os atingem diariamente.

Neste contexto, indagar a visibilidade e o acesso limitado e/ou negado a homens (trans) ao trabalho, verificando como essas pessoas são percebidas ou não em um contexto marcado pela homofobia e transfobia como é a escola, é de suma importância. Desta forma, surgem os seguintes questionamentos:

Como garantir a não exclusão dos homens (trans) de um processo tão importante para a formação dos seres humanos como o trabalho? Como tornar a educação realmente um pilar de conhecimentos significativos que contribuam para a formação de indivíduos críticos e emancipados assegurando a inclusão social dos estudantes e de docentes, quando estes são excluídos da sociedade por questões identitárias de gênero? Como pensar as questões de identidade sem deixar de pensar questões macrossociais?

TRANSMASCULINIDADES NO CAMPO CTS

Para Donna Haraway (2000) somos todos ciborgues cheios de intervenções artificiais, num organismo que desde sua nascença deixou de ser totalmente natural. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 12, grifos do autor) “[...] implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos ‘artificiais’. Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos.” Fazem parte dos corpos humanos tornando-os ciborgues.

É a partir da segunda metade do século XX, na sociedade do pós Segunda Guerra Mundial, que, cada vez mais, novas tecnologias (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, etc) produzem corpos e subjetividades. É neste ambiente, que Paul Beatriz Preciado (2018) informa que cirurgias estéticas se convertem pela primeira vez em técnicas de consumo de massas. Em 1953 o soldado americano George W. Jorgensen se transforma em Christine, convertendo-se no primeiro transexual midiaticizado. Em 1958, na Rússia se faz à primeira faloplastia (construção de um pênis a partir de um músculo do braço), como parte de um processo de transgenitalização. Neste processo pode-se perceber a importância da ciência para que esta prática se tornasse cada vez mais usual. Assim sendo não há fronteiras, entre ciência, tecnologia e sociedade, para Walter Antonio Bazzo, Irlan von Linsingen e Luiz Teixeira do Vale Pereira (2003, p. 9):

A produção de conhecimentos teve nas últimas décadas uma aceleração de tal magnitude que, para caracterizar a ciência, é menos significativa sua longa trajetória de séculos que o lugar privilegiado que ocupa no presente e as incertezas que suscita ao se pensar o futuro. Por sua vez, a tecnologia tem sido sempre elemento definidor do ser humano, inclusive muito mais que o próprio conhecimento

científico, ao identificar-se o surgimento do técnico com a própria origem humana.

Para estes autores, o próprio conceito de sociedade só pode ser adequadamente definido quando se contextualiza no marco das mudanças tecnocientíficas do presente. O conhecimento científico da realidade e sua transformação tecnológica não são processos autônomos e contínuos, já que se encontram embrulhados em uma trama em que constantemente se confundem teorias e dados empíricos com procedimentos técnicos e artefatos. Contudo, por outro lado, o tecido tecnocientífico não existe à margem do próprio contexto social em que os conhecimentos e os artefatos resultam relevantes e adquirem valor. A trama tecnocientífica se desenvolve misturando-se na trama de uma sociedade em que ciência e tecnologia cumprem um papel decisivo em sua própria configuração. (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA, 2003)

Deste modo, o entrelaçamento entre ciência, tecnologia e sociedade obriga a analisar suas relações recíprocas com mais atenção do que implicaria a ingênua aplicação da clássica relação linear entre elas. Pensar questões de gênero neste viés implica entendê-las nas palavras de Steven Lubar (1998, p. 9, grifos do autor, tradução nossa) como:

[...] uma construção ideológica e cultural, o complexo de ideias culturais e ideias amarradas às palavras *masculino* e *feminino*. Masculinidade e feminilidade são contingentes construídos social e historicamente (Rosa já foi considerar uma cor apropriada para meninos e azul para as meninas). Eles refletem (e reforçam) relações de poder na sociedade. Eles mudam ao longo do tempo. Eles são políticos e econômicos também como questões culturais³.

Joan Scott (1995) informa que o gênero se torna uma maneira de indicar construções sociais, sobre papéis que seriam próprios dos homens e das mulheres, o gênero como uma categoria imposta sobre um corpo sexuado, assim sendo torna-se importante uma distinção.

Conforme Guilherme Almeida (2016) e André Lucas Guerreiro Oliveira (2015) existem quatro grupos de pessoas que em alguma medida vivenciam e performatizam a masculinidade que descrevo resumidamente a seguir: o primeiro grupo é formado por pessoas que não querem um total descolamento do feminino. Permanecem como mulheres por diferentes e variados condicionantes: familiares, subjetivos, objetivos e sociais. Isso não as impede de, na intimidade, utilizarem nomes ou apelidos masculinos, alguns objetos característicos da indumentária masculina e, simultaneamente, de conciliá-los com cabelos longos e outros signos sociais que permitem preservá-las na identidade feminina.

O segundo grupo é formado por homens que não optam por modificações corporais cirúrgicas nem hormonais. Fazem uso de outros recursos culturais disponíveis para terem a aparência próxima do gênero com o qual mais se afinam, o masculino (roupas, calçados e cortes de cabelo masculinos, uso de apelido masculino, atividades de trabalho consideradas masculinas) e se declaram satisfeitos e efetivamente pertencentes ao gênero masculino.

Há um terceiro grupo de pessoas que constroem performances públicas em que os gêneros se misturam, expressando, dessa forma, insatisfação com o **binarismo dos gêneros** e/ou com a **heteronormatividade**. Eles/as explicitam o desejo de modificações corporais às vezes pela via, inclusive, da ingestão de testosterona, mas não querem a mastectomia ou outros procedimentos cirúrgicos.

E ainda um quarto grupo de indivíduos que fazem e/ou desejam modificações corporais através da hormonização por testosterona e de uma ou mais intervenções cirúrgicas, além de se valerem em larga medida de outros recursos sociais (roupas e calçados masculinos, faixas torácicas – a fim de dissimular o volume dos seios – e próteses penianas de uso público). Buscam também frequentemente o reconhecimento jurídico do sexo e do nome masculinos e têm se tornado mais visível na cena pública brasileira, em função do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), que favorece o acesso a modificações corporais de alta complexidade. Tais indivíduos já se expressavam de forma diferenciada antes da existência do processo transexualizador, distinguindo-se de maneira mais ou menos sutil da identidade lésbica. A busca do acesso às modificações corporais tem tido o efeito de produzir uma identidade social radicalmente distinta para além das paredes hospitalares: a de **homem(trans)**.

Esta maneira de compreender os processos de produção do corpo e dos gêneros encontra-se mais especificamente com o conceito de performatividade proposto por Judith Butler (2000, p. 154), que deve ser compreendido “[...] não como um ato singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”, uma vez que o gênero é feito e refeito por meio de uma reiteração performativa de normas regulatórias, que se dá através de uma operação linguística, pela qual os discursos produzem os efeitos do que nomeiam. Assim para Nádia Perez Pino (2007) muitos transexuais reivindicam vidas habitáveis, mas essas só existem na medida em que concordam com as categorias de reconhecimento imposto pelas normas sociais, que dizem o que é humano e o que não é, para essa autora não só a performance de gênero constrói e dá significado ao corpo, mas também outras transformações corporais, como as físicas, tornam suas identidades reconhecidas.

Deste modo, no Brasil, adotando uma tendência mundial, conforme Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa e Márcia Arán (2008), o Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Resolução 1.482/97, aprovou a realização de cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos universitários, a título experimental, subordinando as intervenções, também, às normas e diretrizes éticas da Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, sobre pesquisas envolvendo seres humanos. A partir daquele ano, vários serviços interdisciplinares especializados começaram a se organizar, produzidos, especialmente, pela demanda de transexuais ao atendimento público, após a divulgação pela mídia da aprovação da resolução do CFM, que finalmente, reconhecia como lícita à realização dos procedimentos no Brasil, porém é importante ressaltar que apenas em 2010, conforme Simone Ávila (2014) o CFM publicou a Resolução CFM nº 1.955/2010, que considerava a retirada das mamas, ovários e útero como não experimentais podendo ser feitas em qualquer hospital público e/ou privado, e apenas em 2013 são incluídos os homens (trans) no Processo Transexualizador conforme Portaria nº 2,803 do Ministério da Saúde.

Neste contexto, surgiram inúmeros debates, nos mais variados campos sobre a questão transexual, porém a maioria dos estudos ainda focando no processo transgenitalização feminina e questões transfeministas. Deixando de lado questões como transgenitalização masculina e transmasculinas, bem como os impactos destes processos no serviço militar e sistema prisional, por exemplo. Um homem(trans) que comete um delito e é levado a prisão deve ir para uma prisão masculina ou feminina? Como essa pessoa vai sobreviver no ambiente prisional uma vez que a sociedade, e por consequência o sistema prisional, apresenta muito preconceito com relação a esses indivíduos? Estas perguntas são apenas uma amostra dos questionamentos que se deve fazer com relação ao sistema prisional no que se referem a situação dos homens (trans). Talvez seja o fato de os homens (trans) ainda sofrerem com a angústia de serem tantas vezes consideradas lésbicas masculinizadas, mesmo reivindicando o reconhecimento como membros do gênero com o qual se identificam e com o qual estaria em discordância com as suas genitálias.

A ABJEÇÃO DOS CORPOS TRANSMASCULINOS NO AMBIENTE ESCOLAR

São visíveis as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da escola em lidar com as discussões de gênero e diversidade sexual. De um lado, veem-se professores/as e funcionários/as que alegam estar despreparados/as para lidar com o tema, que a todo o momento se apresenta gritante no ambiente escolar, e de outro se veem estudantes que, carentes de uma compreensão das questões do gênero e sexualidade, realizam as mais diversas agressões contra todo o sujeito que se desvia dos padrões binários e heteronormativos. Para Tamsim Spargo (2006, p. 67, grifos da autora) a heteronormatividade “[...] especifica a tendência, no sistema sexo-gênero de ver as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de comportamento sexual como desvios dessa norma”.

Para Lucas Bueno de Freitas e Lindamir Salete Casagrande (2016, p. 117, grifo dos autores) o preconceito e a discriminação se estabelecem em vários espaços sociais, sendo a escola um lugar que não fica aquém desta relação:

Diariamente, homens e mulheres, identificados ou não como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), mas que fogem do padrão estabelecido de masculino e feminino, sofrem preconceito e discriminação, muitas vezes, pelo simples fato de andarem ou falarem diferente da **maioria**.

A diferença é tratada como fardo, como peso. No âmbito escolar há uma verdadeira separação dos corpos que importam e dos corpos que não importam, os que fogem a norma e a maioria, e que por isso tem sua existência ameaçada, estigmatizada e a marginalizada. Como afirma Judith Butler (2000, p. 155):

Esta matriz excludente pelas quais os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são sujeitos, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam

do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito.

É na escola que esses “não sujeitos” que expressam suas identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual binária enfrentam os mais variados preconceitos e discriminações que tem como resultado a evasão escolar. Como lembra Guacira Lopes Louro (1997, p. 67-68, grifos da autora)

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento, a ausência da fala aparece como uma espécie de garantia da “norma”.

A escola ainda se mantém, depois da família, como o núcleo mais importante de socialização e desenvolvimento humano, onde a diversidade humana coloca em ação as mais diversas formas de relações sociais balizadas pela cultura, como valores, princípios éticos, morais, espirituais, modelo de gestão escolar, níveis de tolerância e respeito entre as pessoas.

A escola deveria promover valores de respeito aos direitos humanos, às diferentes orientações sexuais e de gênero; tornar a escola um ambiente de inclusão social, que valorize, e não discrimine, o diverso, o diferente, o variado; oferecer todos os cuidados necessários para o pleno desenvolvimento da personalidade das crianças e adolescentes, respeitando a multiplicidade de visões, gostos e peculiaridades, porém não é isso que se vê na prática escolar. Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2010, p. 106-107) alerta que:

Na esteira dessas ocorrências do cotidiano escolar aparecem as experiências que desafiam, desestabilizam e subvertem as normas de gênero, como a travestilidade e a transexualidade. A visibilidade desses sujeitos intensifica-se na medida em que na sociedade de controle ou na governamentalidade neoliberal o princípio da inclusão se coloca como imperativo. Entretanto, travestis e transexuais, embora atendam parte das demandas desse imperativo, quebram regras com seus corpos, isto é, as normas binárias do gênero, e essa quebra pode ser percebida por meio da transformação de seus corpos.

O corpo transexual no espaço escolar é um desafio de abordagem e estudo ainda mais quando pertence a um/uma docente ou discente, pois torna-se mais problemático ainda seu enfoque. Pensar as transmasculinidades na educação requer um recuo temporal histórico, num trabalho de retirada das camadas sedimentares que formaram os discursos atuais sobre o tema. Num processo de arqueologia do saber proposta por Michel Foucault (2008) no qual sistemas de pensamento e conhecimento são governados por normas e estruturas que constituem os saberes e sujeitos. Assim, analisando os extratos dessas camadas, por meio da obra de Ávila (2014) sobre as transmasculinidades percebemos que apenas em 2010, como já citado anteriormente, foi possível aos homens (trans) a retirada de mamas, ovários e útero pela resolução do CFM nº. 1.955/2010 e apenas

em 2013, o Ministério da Saúde incluía pela Portaria nº 2.803 os homens (trans) no Processo Transexualizador. Como cita Simone Ávila (2014, p. 139)

Esses exemplos mostram o quanto que a vida privada e pública se misturam e se influenciam mutuamente, embora frequentemente sejam tomadas como distintas na sociedade ocidental. A transexualidade, diferentemente da homossexualidade, parece exigir uma exposição pública necessária para o reconhecimento de sua existência no gênero desejado. Se, por um lado. A autorização para a realização das cirurgias de redesignação sexual em 1997 no Brasil foi marcada pela patologização das identidades trans, por outro, trouxe a possibilidade para muitas pessoas trans realizarem o desejo de alterar seus corpos de acordo com seu gênero e foi um dos fatores que permitiu maior visibilidade as mesmas.

Até 2010 a presença dos homens (trans) em movimentos era praticamente inexistente, como apontado por Simone Ávila (2014), isso não significa a inexistência de suas experiências enquanto transexuais, mas sim a necessidade de organização frente à necessidade de reconhecimento de suas identidades e necessidades, deste modo, em anos seguintes, mais e mais, esses sujeitos apareciam nos movimentos sendo que 2011 foi criado o Núcleo de Apoio a Homens Trans – NAHT, em 2012 Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT e 2013 Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT, visando não apenas abordar e problematizar questões relacionadas a saúde, mas também garantir os direitos humanos da comunidade transmasculina, entre eles artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” (Assembleia Geral da ONU, 1948, s.p.). Pensar como esses corpos vivem a prática do que Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599) chamam de divisão sexual do trabalho, seu cruzamento com gênero e quais suas consequências é um grande desafio, pois:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). Sobre essa definição, todo mundo, ou quase, está de acordo. Contudo, do nosso ponto de vista, era necessário ir mais longe no plano conceitual. Por isso, propusemos distinguir claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista.

Como se dá à vivência desses homens (trans) no ambiente escolar como docentes? Um espaço que para Marília Pinto de Carvalho (1999) é apropriado como uma concepção universal da intuição e da vivência femininas, sendo o ensino e a própria infância encarada historicamente como uma outra faceta da feminização. Em 2012 ocorreu a fundação pela professora Marina Reidel da Rede Trans Educ, que em 2017 passaria a se chamar Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE, cuja principal missão é efetivar alianças e estratégias significativas para o combate à transfobia no ambiente escolar. Além de tornar-se um respeitoso instrumento de visibilidade criando alternativas para o rompimento de monopólios de direitos, gerados pela transfobia, que coíbem outras travestis, mulheres e homens trans do acesso à escola⁴.

Algumas das respostas as nossas perguntas podem ser encontradas no importante censo realizado pelo IBTE entre 01 de novembro a 31 de dezembro de 2017, onde noventa profissionais responderam a perguntas referentes à origem, identidade de gênero, formação, inserção no mercado de trabalho, atuação, transfobia, dentre outras. A compilação de dados foi feita junto a narrativas de alguns professores e professoras trans sobre suas experiências enquanto docentes e organizado pelas professoras Andreia Laís Cantelli e Sayonara Nogueira (2018, p. 5) também do IBTE.⁵, “a fim de ter uma maior comunicação para criação de políticas públicas, produção de conhecimento e também monitorarmos a violência e a transfobia nos processos educacionais brasileiros.”).

Conforme o censo do IBTE, 32% dos/as participantes, de um total de 90 profissionais, se auto identificaram como homens (trans). O documento apresenta ainda duas narrativas de homens (trans) intituladas: Vivência transmasculina na hostilidade dos ambientes escolar e acadêmico por Luiz Fernando Prado Uchoa e Resgate da memória de um transhomem na licenciatura por Ariel Matos Coelho. Para Andreia Laís Cantelli e Sayonara Nogueira (2018, p. 5):

Percebemos então que existe um número considerável de pessoas trans que atuam na educação, porém acreditamos que esse número possa ser bem maior, uma vez que a maioria das pessoas que responderam o censo, denunciaram assédio, violência e transfobia, dessa forma, muitas pessoas travestis, mulheres e homens transexuais que atuam na educação ou na pesquisa escondem suas identidades de gênero ou em caracteres andrógenos ou em possibilidades de vida delimitadas por características cisgêneras.

Convivemos com movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais democrática e menos discriminatória, tais como os movimentos feministas, gays, lésbicos, transexuais e travestis os quais, progressivamente, propiciam uma maior visibilidade às mulheres e à população LGBT, também nos deparamos com instituições sociais conservadoras que reforçam estratégias que tendem à perpetuação de uma verdade absoluta, com base na naturalização e na normatividade.

De acordo com Foucault (2004, p. 120) “Vivemos, de fato, em um mundo legal, social, institucional no qual as únicas relações possíveis são muito pouco numerosas, extremamente esquematizadas, extremamente pobres”. Instituições

como a Igreja, o Estado, a Escola ou a ciência elaboram seus discursos de modo que limitam e restringem as múltiplas possibilidades do gênero, da sexualidade e do desejo.

Assim estudar a visibilidade e o acesso limitado e/ou negado de homens (trans) a educação e ao trabalho, não significa entender a identidade e diferença como um dado natural, estável, fixo, imutável e a-histórico, (SILVA, 2005), mas sim um passo necessário para compreendê-la como construção social e cultural inscrita em processos linguísticos-discursivos e significada nas relações de poder como aponta o referido autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar os corpos transmasculinos é um exercício de reflexão sobre ciência, tecnologia e sociedade (CTS), pois entender o gênero como feito e refeito por meio de uma reiteração performativa de normas regulatórias, que se dá através de uma operação linguística, pela qual os discursos produzem os efeitos do que nomeiam que se materializam por meio de processos tecnocientíficos e que este contexto gera outras questões como transgenitalização masculina e transmasculinas, bem como, os impactos destes processos no meio educacional e trabalho, ou seja, qual o lugar destes sujeitos enquanto discentes ou docentes? Quais são suas experiências num ambiente escolar que é repleto das normas sociais? Vivem a abjeção e transfobia, mas buscam por ter vidas entendidas como tão passíveis de serem vividas como outras, num reconhecimento das suas identidades e vivências.

Assim este trabalho refletiu sobre a heteronormatividade ainda presente no ambiente escolar que transforma qualquer corpo fora da norma como abjeto, seja ele de estudantes ou ainda mais de docentes, e visa cogitar a necessidade de pensar os corpos transmasculinos neste ambiente enquanto professores relacionando a questão a crescente organização do movimento transexual e transexual docente. Além de apontar a ausência de estudos referentes ao serviço militar e prisional desses sujeitos.

Men (trans): from invisibility to transmasculinities in education

ABSTRACT

The present work aims to think of transsexual bodies, rather the bodies of men (trans), when they arise in the scientific historical field and what their place in society as a reflection exercise on science, technology and society (C&T). Using a historical ontology of work to remove the sedimentary layers that formed the current discourses on the theme, process of archeology of knowledge proposed by Michel Foucault (2008) where systems of thought and knowledge are governed by norms and structures that constitute the knowledge and subjects reflected on the transmasculine bodies in the Brazilian Transsexual Process, as well as their presence in the rights movement both in society in general and in the educational environment. In this context, we inquire about the visibility and limited and / or denied access to men (trans) to work as teachers, as well as the possibilities of deepening research in this theme as a form of struggle.

KEYWORDS: transmasculinities, education, work.

Hombres (trans): de la invisibilidad a las transmasculinidades en la educación

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo pensar los cuerpos transexuales, más propiamente los cuerpos de los hombres (trans), cuando surgen en el campo histórico científico y cuál es el lugar de éstos en la sociedad como ejercicio de reflexión sobre ciencia, tecnología y sociedad (CTS). En el caso de los sistemas de pensamiento y conocimiento, los sistemas de pensamiento y conocimiento se rigen por normas y estructuras que constituyen los elementos de la estructura de los sistemas de pensamiento, los saberes y los sujetos reflexionan sobre los cuerpos transmasculinos en el proceso transexualizador brasileño, así como la presencia de éstos en los movimientos por derechos tanto en la sociedad en general, como en el medio educativo. En este contexto, indagamos sobre la visibilidad y el acceso limitado y / o negado a los hombres (trans) al trabajo como docentes, así como las posibilidades de profundización de investigación en ese tema como forma de lucha.

PALABRAS CLAVE: transmasculinidades, educación, trabajo.

NOTAS

¹ O Utilizo a nomenclatura defendida por André Lucas Guerreiro Oliveira em sua dissertação de mestrado “Somos Quem Podemos Ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. Portanto, ao me referir aos homens (trans) estou discorrendo sobre pessoas que foram designadas como mulheres no momento de seu nascimento, por possuírem a genitália marcada como feminina (vagina) e que por qualquer motivo, em algum momento de suas vidas, passaram a se reconhecer como pertencentes ao gênero masculino, logo homens.

² Para Joan Scott (1995) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero a primeira forma de significar as relações de poder.

³ [...] cultural construction, the complexo f cultural ideals and ideas tied to the words male and female. Masculinity and femininity are socially constructed and historically contingent. (Pink was once thought appropriate for boys, blue for girls.) They reflect (and reinforce) Power relations in society. They chance over the course of time. They are political and economic as well as cultural issues.

⁴ Informações retiradas do site do IBTE: <http://observatoriotrans.org/> Acesso em 19/05/2018

⁵ Acesso ao material pelo site do IBTE: <http://observatoriotrans.org/memorial> Acesso em 19/05/2018

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513, jun. 2016.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

BAZZO, Walter Antonio; LINSINGEN, Irlan von; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale (2003). Os estudos CTS. In *Introdução aos Estudos CTS* (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Espanha: OEI.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: *O Corpo Educado*. Pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara (Org.s) *Memórias e Narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação*. Curitiba: IBTE, 2018. Acesso: 20 de maio de 2018. Disponível em: <http://observatoriotrans.org/memorial>

CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

CORRÊA, Marilena Cordeiro Dias Vilella; Arán, Márcia. Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da bioética feminista. In *Revista Bioética*. V. 16 (2), p. 191 – 206, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Lucas Bueno de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. “Era só de brincadeira!”: reflexões sobre bullying escolar e suas consequências. In: LUZ, Nanci Stancki; CASAGRANDE, Lindamir Salete (orgs.). *Entrelaçando gênero e diversidade: violências em debate*. Curitiba: Editora UTFPR, 2016, p. 101-126.

Haraway Donna. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books; 1991.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUBAR, Steven. (1998). Men/Women/ Production/Consumption. In: Mohun, Arwen; Horowitz, Roger. *His and Hers: Gender Consumption, and Technology*. Charlottesville: University Press of Virginia, pp.7-37.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. “Somos Quem Podemos Ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Ciências Sociais. 2015.

PINO, Nádia Perez. A Teoria Queer e os Intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos, *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/08.pdf> Acesso em: 17/08/2018.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Testo Junkie*. N-1 edições: São Paulo, 2018.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin Santos. *Cartografias da Transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Mestrado em Educação. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez,1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. Nós, ciborgues: O corpo elétrico e a dissolução do humano. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autemtica , 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

SOUSA, Isabela Cabral Félix de; BRAGA, Cristiane Nogueira; FRUTUOSO, Telma de Mello & VARGAS, Diego da Silva. The female predominance of a vocational and scientific education programme for High School Students in Rio de Janeiro and Recife, Brazil. *Convergence* 41: 83-97, 2008.

SOUZA, Maria Luiza de Mello e. Reflexões sobre um Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio. In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*.5. Bauru, 2005. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/venpec/conteudo/artigos/3/pdf/p204.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

Recebido: 01 ago. 2018.

Aprovado: 30 ago. 2018.

Como citar:

PASSOS, Giseli Cristina dos; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 11, n. 37, p. 60-72, jan./jun. 2018.

Correspondência:

Giseli Cristina dos Passos. Rua Salto do Itararé, 240 Vila São José, Colombo, Paraná, Brasil. CEP 83410-330

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

